

EMENDA Nº 5 - Plen.

(à PEC nº 61 de 2015)

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 61 de 2015 a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 166 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 19, 20 e 21:

‘Art. 166.

§ 19.

§ 20.

§ 21. Metade dos recursos de que trata o § 19 será aplicada, em partes iguais, em ações e serviços públicos de saúde e em saneamento básico e outra metade, em manutenção e desenvolvimento da educação básica, vedada, em qualquer dessas hipóteses, a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 61 de 2015, cuja primeira signatária é a Senadora Gleisi Hoffmann, visa a permitir que emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual aloquem recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A proposta propõe ainda que as emendas individuais indicarão expressamente o ente federativo beneficiado, devendo a União transferir esses recursos diretamente ao ente, independentemente da celebração de convênio.

Nossa proposta se justifica pela necessidade de conferir tratamento prioritário às áreas de saúde, saneamento básico e educação básica, as quais se encontram em situação precária no Brasil. Devemos garantir que os recursos de emendas individuais destinados a Estados e Municípios sejam alocados nessas áreas, para que atendam à demanda social por melhores serviços de saúde, nestes compreendidos os de saneamento básico (art. 200, IV, da Constituição Federal – CF), e de educação básica.

Vale ressaltar que o § 9º do art. 166 da CF já estabelece que metade dos valores das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária deve ser destinada a ações e serviços públicos de saúde. O § 10 do mesmo artigo também veda a destinação desses recursos para pagamento de pessoal ou encargos

Recebido em 14/03/2017
Hora: 15:19
marcos
Marcos Helder Crisóstomo Damasceno
Matrícula 267858
SLSF/SGM



sociais. Portanto, nossa emenda visa também a evitar qualquer falha de interpretação com a inovação trazida pela PEC em análise.

Por outro lado, o art. 212 da Carta Magna revela a preocupação do Constituinte originário em assegurar recursos suficientes para a área da educação, ao estabelecer limites mínimos da receita resultante de impostos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino. Os resultados do Censo Escolar 2016, divulgados em 16 de fevereiro de 2017, somente reforçam que a educação básica ainda possui imensos desafios, a começar pela universalização: 2,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos ainda não frequentam a escola.

Não é demais lembrar que o art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016 (Novo Regime Fiscal) também se preocupou especificamente com as áreas de saúde e educação, ao estabelecer aplicações mínimas nessas áreas.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres Pares para tornar ainda mais efetivos os direitos à saúde, ao saneamento básico e à educação estampados na Constituição Federal.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**



SF/17933.90104-06

Página: 2/4 06/03/2017 15:36:03

c09594d48b04a59899526a510ae9ec72a2a7d33d



PEC nº 61 de 2015, que altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.

1.	Maria A.	CRISTOVAN.
2.	Maria A.	ARIL GURGACZ
3.	REGUPPE	MD
4.	MY D	MARIA DO CARMO ALVES
5.	Maria A.	Helio Jose PMAS-DP
6.	Maria A.	Ana Amélia (PP/RS)
7.	Maria A.	Heider Oliveira
8.	Maria A.	ROMERO TUCÁ
9.	Pedro Chaves (PL)	Maria A.
10.	ROBERTO REQUIÃO	Maria A.
11.	José Paulo	José Paulo
12.	SIMONE TEBET	Tebet
13.	ROSÉ DE FREITAS	PP/RS
14.	LASIER	Maria A.
15.	BARDOLE	Maria A.
16.	Henkerto	Maria A.
17.	ANASTASIA	Maria A.
18.	Antonio Carlos Valadares	Maria A.
19.	Elisavio Faria	Maria A.
20.	GARIBALDI ALVES	Maria A.



SF17933.90104-06

Página: 3/4 06/03/2017 15:36:03

c09594d48b04a59899526a510ae9ec72a2a7d33d



PEC nº 61 de 2015, que altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.

19	21.	João Capiberibe
20	22.	Thieres Pinto
21	23.	ÁLVARO DIAS
22	24.	FÁTIMA BEZERRA
23	25.	AURAUJO DOWDID
24	26.	JOSÉ AGRIPINO
25	27.	LÍDICE DA MATA
26	28.	WELLINGTON FAUNDO
27	29.	Roberto Muniz
	30.	
	31.	
	32.	
	33.	
	34.	
	35.	
	36.	
	37.	
	38.	
	39.	
	40.	



SF17933.90104-06

Página: 4/4 06/03/2017 15:36:03

c09594d48b04a59899526a510ae9ec72a2a7d33d

